

R ESENHAS

JURIS, Jeffrey S. E; KHASNABISH, Alex (eds.). *Insurgent Encounters: Transnational Activism, Ethnography, and the Political*. Duke University Press, 2013, 472 p.

Viviane Menezes Hermida

Doutora no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/ UFBA).

ATIVISMOS TRANSNACIONAIS: A CONTRIBUIÇÃO DAS ETNOGRAFIAS ENGAJADAS

O livro *Insurgent Encounters: Transnational Activism, Ethnography, and the Political* é apresentado por seus editores Jeffrey Juris e Alex Khasnabish como fruto de um processo colaborativo vivenciado por acadêmicos e acadêmicas envolvidos em graus e modos diversos com expressões contemporâneas de ativismos transnacionais. Ao longo de vários anos, parte significativa dos autores e autoras dos artigos do livro atuou no *Social Movements Working Group*, grupo interdisciplinar liderado, entre outros, por Arturo Escobar e Dorothy Holland na Universidade da Carolina do Norte, Chapel Hill.

Trata-se de uma contribuição significativa para o campo dos estudos dos movimentos sociais, particularmente pelas reflexões de caráter epistemológico e metodológico em torno de etnografias politicamente engajadas relacionadas a movimentos transnacionais. Tais etnografias recebem distintas entonações e denominações – etnografias militantes, etnografias ativistas, etnografias transformativas etc. –, refletindo a diversidade de trilhas teóricas e políticas seguidas pelos autores.

A introdução, escrita por Juris e Khasnabish, é bastante potente, pois consegue situar a obra no cenário amplo das teorias dos movimentos sociais e da crítica à etnografia clássica, conferindo ainda mais sentido a cada uma das con-

tribuições e permitindo à audiência estabelecer relações entre elas. Os autores identificam limitações das teorias convencionais dos movimentos sociais para lidar com movimentos transacionais organizados em rede, que rompem fronteiras nacionais e propõem novos modos de sociabilidade e de fazer política.

Para eles, a radicalidade política de tais movimentos exige desafiar valores como a modernidade capitalista, a democracia liberal e o individualismo, valores estes subjacentes àquelas vertentes teóricas. Oferecem como alternativa as etnografias ativistas, argumentando que “a atenção da etnografia a práticas cotidianas, imaginários culturais e subjetividades emergentes nos permite compreender a complexidade, contingência e potencial transformativo de movimentos transnacionais contemporâneos” (p. 6).

A etnografia é compreendida pelos autores não apenas como um conjunto de métodos de pesquisa ou uma forma de escrita, mas também como um modo específico de encontro epistemológico, marcado por uma ética de abertura, que permite gerar novos conceitos e análises a partir do engajamento etnográfico, ao tempo em que produz análises críticas capazes de contribuir com ativistas dos movimentos no desenvolvimento de estratégias políticas e organizativas. Nesse sentido, os autores localizam o livro como parte da crítica à etnografia clássica, elaborada a partir da década de 1980, tanto por contribuir para a expansão da escala e complexidade na construção do que conta como campo – o *global* ou *transnacional* como campo de pesquisa etnográfica em contraste com o *local* da etnografia clássica –, como por avançar por caminhos que lidam seriamente com as críticas sobre as conexões entre etnografia, colonialismo e desigualdades de poder, através da proposição de abordagens colaborativas e comprometidas com as lutas dos interlocutores de pesquisa.

Os autores não deixam de pontuar também desafios subjacentes ao uso de abordagens etnográficas ativistas, ligados às tensões que emergem no campo entre os objetivos do etnógrafo como ativista e como acadêmico e às contradições entre as exigências e linguagens próprias dos espaços acadêmicos e as dinâmicas dos movimentos (p. 27-28).

A introdução traz ainda uma espécie de mapa de alguns dos conceitos que formam o eixo central do livro, como transnacional, ativismo e o político,

um exercício bastante útil para pessoas pouco familiarizadas com estes temas e que tem o mérito de apontar tensões centrais presentes neste campo marcado por uma efervescência teórico-política.

A obra é composta de quatorze capítulos que trazem contribuições a partir da inserção dos autores e autoras em variados movimentos transnacionais, mais bem compreendidos como “espaços em rede de encontro transnacional”¹, conforme proposto por Juris, tais como o Fórum Social Mundial, o movimento indígena global e a rede de mídia independente Indymedia. Os artigos foram organizados em quatro seções: *Subjetividades Emergentes*, *Paradigmas Discrepantes*, *Conhecimentos Transformadores* e *Tecnologias Subversivas*.

Na seção *Subjetividades Emergentes*, quatro artigos exploram o potencial emancipatório assim como tensões e conflitos envolvidos no processo de construção de novas subjetividades por movimentos transnacionais. Subjetividades enraizadas em territórios e identidades locais, mas capazes de desenvolver novas formas de articulação regional e transnacional com outros (e diversos) sujeitos. Os “lugares” de análise são variados, porém o foco da atenção dos autores recai sempre sobre as lógicas subjacentes à ação dos grupos e movimentos com os quais se engajam. Alguns autores analisam eventos transnacionais de movimentos sociais, como na abordagem de Juris ao Fórum Social dos Estados Unidos, realizado em Atlanta, em 2007, e o trabalho de Manisha Desai sobre os Diálogos Feministas durante várias edições do Fórum Social Mundial. Outros estudam, de forma inovadora, intersecções entre ativistas situados em diferentes pontos do mundo. É o caso da abordagem de Khasnabish sobre a ressonância do Zapatismo entre coletivos de ativistas no Canadá e Estados Unidos, e o trabalho de Geoffrey Pleyers, que busca apreender significados e práticas comuns geradas por atores do movimento alter-globalização, tão diversos como os piqueteiros em Buenos Aires, Zapatistas no México e um centro social alternativo na Bélgica.

Já os artigos que compõem a seção *Paradigmas Discrepantes* propõem a utilização de paradigmas alternativos que desestabilizem formas hegemônicas de política e de produção de conhecimento. Essa proposta baseia-se no pressu-

¹ Em inglês, *networked spaces of transnational encounter*.

posto de que ao impor um senso de ordem e significado, um paradigma não só revela, mas também obscurece aspectos dos fenômenos sociais. Sylvia Escárcega oferece uma análise interessante das interações do movimento indígena global no âmbito da ONU e com outros movimentos sociais, trazendo consigo paradigmas como o Bem Viver ou os direitos da Mãe Terra, que questionam narrativas coloniais, ao tempo em que dialogam com valores dominantes, como o marco dos direitos humanos. A autora valoriza a etnografia por sua posição única para captar em detalhes, e, de forma respeitosa, as estratégias empregadas pelo movimento indígena. Em seu trabalho, David Hess defende que iniciativas coletivas de apoio a economias alternativas, marcadamente localistas, sejam considerados como parte dos movimentos antiglobalização, questionando oposições binárias entre ativismos locais e transnacionais e entre estratégias de oposição e de construção de alternativas. O autor propõe que, em lugar de hierarquizações baseadas na escala de atuação dos movimentos, maior atenção seja dada ao tráfego de ativistas, ideias, políticas e estratégias através dos distintos níveis de escala e setores sociais (p. 160). Em seu instigante trabalho, Vinci Daro inova ao abordar grandes protestos antiglobalização a partir do que ela chama de *edge effects* (efeitos marginais), ou seja, “efeitos imprevistos e não-intencionais de interações que atravessam fronteiras culturais, marcadas por diferentes lentes interpretativas e diferentes relações com processos globais” (p. 172). Trazendo para o centro de sua análise participantes secundários dos protestos – polícia, curiosos, comerciantes locais e representantes de governo –, a autora aponta vantagens nas abordagens etnográficas com relação a perspectivas convencionais focadas nos resultados dos movimentos sociais. Para a autora, o uso da etnografia pode revelar formas pelas quais os significados das atividades de movimentos podem ser distorcidos ou deslocados no cruzamento com imaginários produzidos localmente sobre os sentidos da resistência global.

Os artigos da seção *Conhecimentos Transformadores* exploram formas diversas de produzir conhecimento, considerando seriamente os movimentos sociais e ativistas transnacionais como produtores de conhecimento, com práticas consistentes de autorreflexão. Em seu artigo conjunto, Maribel Casas-

-Cortés, Michal Osterweil e Dana Powell propõem uma compreensão da etnografia não como explicação ou representação, mas como tradução e costura, práticas relacionais e criativas em que o etnógrafo se torna mais uma voz, inserida em um campo lotado de produtores de conhecimento, o que requer negociações nem sempre tranquilas, permeadas por relações de poder. Já Giuseppe Caruso discute em seu artigo a ideia de etnografia transformativa, entendida como uma prática comunicativa de engajamento no campo e com colaboradores de pesquisa nos movimentos em momentos de crise, que pode contribuir para enriquecer as reflexões e fazer avançar diálogos entre ativistas e suas diferentes perspectivas. Paul Routledge defende a noção de etnografia ativista, compreendida como a construção de solidariedade com “outros resistentes” através da colaboração crítica, produzindo leituras de mundo que sejam acessíveis e acionáveis por todos os envolvidos (p. 253), que tenham como objetivo desafiar relações de poder opressivas. Para ele, isso implica desenvolver práticas que tenham como objetivo a transformação social e não apenas a produção de conhecimento, o que, por sua vez, requer o reconhecimento da capacidade de autorreflexão dos movimentos sociais, a análise das relações de poder envolvidas na pesquisa e o desenvolvimento de uma ética relacional, negociada na prática. A última contribuição a esta seção, escrita por Janet Conway a partir de sua abordagem etnográfica ao Fórum Social Mundial, aponta para o potencial da etnografia no estudo de espaços de movimentos sociais transnacionais por permitir o enraizamento de transnacionalismos particulares em práticas e lugares geográficos concretos; por tratar as práticas e discursos de ativistas prioritariamente em seus próprios termos e a partir de seus próprios mundos, reconhecendo-os como sujeitos (inclusive como sujeitos do conhecimento); por ajudar a questionar o eurocentrismo e o positivismo, ao revelar a pluralidade de mundos que conformam fenômenos transnacionais.

Por fim, as contribuições à seção *Tecnologias Subversivas* exploram, de modos bastante diversos, as conexões entre tecnologias digitais, etnografia e ativismo em espaços, redes e movimentos transnacionais. No artigo de Sterpka, temos uma abordagem histórica e etnográfica da organização da socieda-

de civil transnacional através de redes de computadores, cujos passos iniciais foram trilhados nos anos 1970. A autora propõe uma etnografia em rede, que assuma a complexidade como forma de superar limitações da representação e rejeite a falsa dicotomia entre teoria e ação, reconhecendo que a etnografia engajada nasce do conhecimento forjado na ação (pp. 315-316). O capítulo de Tish Stringer analisa o surgimento de novos modos de produção colaborativa na rede Indymedia, gerando *insights* teóricos interessantes a partir da posição híbrida da autora como acadêmica e ativista nesta rede, posição que a permite falar para múltiplas comunidades, mas que não é vivenciada sem tensões. Por fim, o artigo de Juris, Caruso, Stéphane Couture e Lorenzo Mosca é fruto de uma pesquisa etnográfica transnacional colaborativa sobre a cultura política da tecnologia em fóruns sociais em diferentes países, em que são estudados conflitos em torno do uso do *software* livre e de infraestruturas tecnológicas nos fóruns. Os artigos desta seção demonstram que as tecnologias estão atravessadas por questões epistemológicas, de poder e subjetividade, constituindo lugares de tensão.

Em seu conjunto, os autores cujos trabalhos compõem o livro apontam especificidades e vantagens de abordagens etnográficas engajadas para compreender diferentes aspectos de ativismos transnacionais e contribuir na reavaliação de práticas de pesquisa social, porém eles expressam distintos graus de otimismo com relação a sua potencial contribuição para ativistas e movimentos. Enquanto alguns, como Pleyer e Khasnabish, declaram convicção quanto à relevância das análises produzidas através deste tipo de estratégia etnográfica para a reflexão de ativistas sobre as lógicas subjacentes às suas práticas, podendo resultar inclusive em revisão de estratégias, outras, como Conway e Desai, consideram a contribuição aos movimentos bem mais restrita, sendo que a primeira convoca os etnógrafos a uma postura de humildade epistemológica (p.291) e a segunda limita o papel dos etnógrafos a “interlocutores solidários” (p. 106).

Também há desníveis na intensidade dos “encontros” entre autores(as) e os movimentos sobre os quais elaboram. Enquanto alguns trabalhos resultam de longa convivência ou envolvimento efetivo como ativistas/membros de

tais movimentos, outros apoiam-se em contatos e/ou colaborações mais eventuais com eles, abrindo espaço para questionamentos a respeito da consistência das práticas etnográficas desenvolvidas, assim como das possibilidades de reflexão sobre a dupla posição de sujeitos do conhecimento e ativistas, proposta central da publicação.

Faz falta, no livro, uma maior problematização acerca de outros aspectos da *posicionalidade* dos autores, a exemplo dos pertencimentos raciais e de gênero e, principalmente, de localização geopolítica. Os editores mencionam brevemente que a maioria dos participantes do livro é do Norte global, estando situados na “barriga do monstro”, porém este apontamento não tem consequência na maior parte dos artigos. Seria muito interessante desdobrar, a partir dos trabalhos apresentados, questões de poder na relação Norte-Sul, assim como nos aproximar de pontos de vista de pesquisadores-ativistas de países emergentes e periféricos.

Esses pontos não diminuem a importância desta publicação. *Insurgent Encounters: Transnational Activism, Ethnography, and the Political* é uma contribuição inescapável no campo dos estudos dos movimentos sociais contemporâneos, particularmente dos ativismos transnacionais, contendo abordagens etnográficas inovadoras e reflexões teórico-metodológicas de grande utilidade para pesquisadoras e pesquisadores interessados neste campo.